



**SEBASTIÃO PHILIPPES
MARTINS ESTÁCIO DA VEIGA**

PALEOETNOLOGIA

**ANTIGUIDADES
MONUMENTAIS
DO ALGARVE**

TEMPOS HISTÓRICOS
VOLUME V

CÂMARA MUNICIPAL DE SILVES
MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA
2006

FICHA TÉCNICA

Edição: Câmara Municipal de Silves
Museu Nacional de Arqueologia

Coordenação Editorial: Maria José Gonçalves

Autores: Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares
Luís Raposo
João Luís Cardoso
Alexandra Gradim

Fotos: João Luís Cardoso

Design e Composição Gráfica: Logicamente

Impressão: Gráfica Comercial - Loulé

ISBN: 972-8505-17-5

Depósito Legal: 251023/06

Tiragem: 500 exemplares

Silves.Novembro.2006

SEBASTIÃO PHILIPPES MARTINS ESTÁCIO DA VEIGA

ANTIGUIDADES MONUMENTAIS DO ALGARVE

VOLUME V

João Luís Cardoso¹

Apresentação

13

João Luís Cardoso e Alexandra Gradim²

Notas e Comentários

CÂMARA MUNICIPAL DE SILVES
MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA
2006

¹ Professor Catedrático da Universidade Aberta (Lisboa). Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). Académico de Número da Academia Portuguesa da História.

² Arqueóloga da Câmara Municipal de Alcoutim

NOTAS E COMENTÁRIOS

As Notas e Comentários a seguir apresentados têm por objectivo proporcionar ao leitor um curto enquadramento histórico-arqueológico das passagens do texto de Estácio da Veiga consideradas mais expressivas e relevantes, do ponto de vista científico. Por isso se limitam a textos, objectivos e sintéticos, sem pretensão de esgotarem as temáticas respectivas ou de apresentar exaustivas observações ou descrições das estações arqueológicas, as quais, neste contexto, se afiguravam deslocadas.

1 – O Autor refere-se ao volume IV das "Antiguidades Monumentaes do Algarve", publicado em Lisboa, pela Imprensa Nacional, em 1891.

2 – Reporta-se às descobertas de Carlos Ribeiro, especialmente na região de Ota (Alenquer), de pretensos exemplares líticos afeiçoados pelo "Homem terciário", hipótese que conduziu a acesa polémica, e que esteve na origem da reunião, em Lisboa, da IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, em Setembro de 1880. Estácio da Veiga afirma-se, tal como Carlos Ribeiro, defensor do "Homem terciário", embora nesta parte da sua obra pareça que tal posição resulte essencialmente de considerações independentes das apresentadas por aquele.

3 – Emerge neste trecho a criação de um verdadeiro Museu de Antropologia, dedicado ao estudo do Povo Português e das suas origens, objectivo que, na época em que o Autor escreve, ainda não estava contemplado em Portugal. Tal só se viria a concretizar dois anos depois, em 1893, com a criação do "Museu Ethnologico Portuguez", por iniciativa do Doutor Bernardino Machado, então Ministro das Obras Públicas, vindo a ser seu primeiro director o Doutor José Leite de Vasconcellos.

Contudo, só em 1900 este Museu adquiriu instalações próprias, correspondentes às alas do Mosteiro dos Jerónimos onde ainda hoje se encontra (Vasconcellos, 1914).

Relembre-se, entretanto, a cruzada fracassada de Estácio da Veiga para a fundação de um museu arqueológico no Algarve, depois de também ter abortado a manutenção de um museu daquela índole em Lisboa, constituído pelas colecções de materiais arqueológicos que colhera no decurso do levantamento da Carta Arqueológica do Algarve, em instalações da Academia das Belas Artes, que teve vida efémera.

4 – Pela primeira vez nesta obra, Estácio da Veiga é claro quanto à sua aceitação das descobertas de Carlos Ribeiro relativamente ao "Homem terciário", expressas em diversas obras e publicações, com destaque para a de 1871 (Ribeiro, 1871).

5 – Naturalmente, o simples critério de profundidade a que são efectuados os achados não pode ser tomado em termos absolutos como prova directa da sua antiguidade; a velocidade de sedimentação varia consoante as características de cada meio, pelo que não constitui critério válido para pôr em causa a cronologia atribuída a esta sepultura.

6 – Esta Tabela encontra-se publicada na p. 497 do volume II das "Antiquidades Monumentaes do Algarve". Tal situação explica que J. Leite de Vasconcellos não tenha encontrado o referido original entre o conjunto manuscrito que agora integralmente se publica (Veiga, 1904, p. 204, nota 1).

7 – As gravuras destes crânios foram publicadas no volume 10 de *O Arqueólogo Português*, acompanhados da seguinte nota: "Com o ms. das Antig. Mon. do Algarve recebi da Direcção Geral da Instrução Publica exemplares litographicos das estampas dos vinte e dois crânios estereographados de que Estacio da Veiga falla acima, pag. 204. Aqui as publico, em tamanho reduzido, nas estampas juntas. A redução foi operada photographicamente.

A respeito d'estes vinte e dois crânios, acrescentarei que, segundo informação que me deu o Sr. Dr. Ferraz de Macedo, elles vieram do Algarve em muito mau estado, isto é, reduzidos a fragmentos, que o mesmo

senhor teve de soldar uns nos outros para reconstituir os crânios e os poder medir e estereographar. Estão ainda em poder do Sr. Dr. Ferraz de Macedo, que porém me prometteu enviá-los para o Museu Ethnológico. Effectivamente os crânios fazem parte da collecção archeologica algarvia organizada por Estacio da Veiga, e é de toda a conveniência scientifica que fiquem no Museu juntos com as outras partes d'ella – J. L. de V.". Esta nota é elucidativa do extremo cuidado do fundador do Museu, quanto à posse da colecção arqueológica de Estácio da Veiga, mesmo daquelas peças que, por não terem sido incluídas no inventário das adquiridas pelo estado, não faziam ainda dele parte integrante, como é o caso dos crânios em apreço. Compreendem-se, naturalmente, até de um ponto de vista científico, as preocupações de Leite de Vasconcelos em evitar o descaminho de tais peças.

8 – Foi publicado, sob a forma de um grande desdobrável, no volume 9 de *O Archeólogo Português* (Veiga, 1904, p. 205, 206).

9 – Termina aqui a parte do manuscrito de Estácio transcrita por J. Leite de Vasconcelos em 1904, a se sucede um apêndice, constituído pela carta-circular preparada para ser distribuída no âmbito de constituição do "Instituto Archeologico do Algarve", propósito que não vingou. Tal documento, porém, não faz parte integrante do manuscrito, pelo que não se reproduz na presente obra.

10 – Finda a transcrição relativa ao Sumário do Capítulo II, lê-se a seguinte observação, da autoria de J. Leite de Vasconcelos, em *O Archeólogo Português*, 10 (1905), p. 7: "Vê-se do summario transcrito a cima que o cap. II da obra de Estacio não versa propriamente sobre archeologia algarbiense, mas sobre vários problemas de carácter theorico e subjectivo; por isso, como ponderei acima, na Advertência preliminar, entendi ser desnecessário publicar n' O Archeologo esse capitulo – J. L. de V.". Contudo, é evidente o interesse do conteúdo do trecho omitido, que ilustra o pleno domínio do Autor tanto das obras clássicas, como das de carácter especializado e científico, produzidas na época, denunciando em Estácio da Veiga um espírito crítico e bem informado. Coisa rara, era capaz de articular de forma coerente informações de origens e natureza muito díspares, o que constituía situação que, tal como na

actualidade, poderia levar a desconfiança ou mal-estar, por parte de alguns dos seus pares. Crê-se, pois, que esta é justamente uma das passagens inéditas mais interessantes do manuscrito, apesar da evidente desactualização de muitas das ideias e conclusões expostas; mas, por isso mesmo, constitui retrato fiel dos conhecimentos que, à época, era possível apresentar sobre muitas das referidas matérias, sem esquecer as posições pessoais do autor, sempre polémicas e desassombradas.

11 – Refere-se o Autor à escrita do Sudoeste peninsular da Idade do Ferro, que tantos estudos tem proporcionado, de interesse desigual, sem ainda nenhum deles ter conduzido à confirmação da pretendida decifração.

12 – É sobretudo aos grandes povoados calcolíticos do sudeste peninsular que Estácio da Veiga se refere, quando utiliza a expressão “fortificações de defesa” especialmente a Los Millares, tornados célebres pelas investigações desenvolvidas por H. e L. Siret e, depois, apenas pelo último, cujos resultados seriam do conhecimento do Autor.

13 – Claro que esta afirmação não se confirmou ulteriormente, visto a escrita mais antiga do ocidente peninsular remontar apenas à Idade do Ferro.

14 – Deve sublinhar-se esta visão moderna de Estácio da Veiga, valorizando em paralelo documentação de natureza muito distinta desde que susceptível de concorrer para o conhecimento da realidade histórica, fosse ela de carácter geológico, paleontológico, arqueológico, linguístico ou literário, áreas com as quais o Autor se encontrava familiarizado.

15 – Note-se que este manuscrito foi preparado já depois de publicadas, no volume IV das “Antiguidades”, diversas lápides com escrita do sudoeste, descobertas por Estácio da Veiga, ou a este comunicadas. Ver Nota 11.

16 – Assim é reafirmada, por Estácio da Veiga, a sua convicção na autenticidade das produções eolíticas, atribuídas ao “Homem terciário”. Ver Nota 4.

17 – Esta afirmação não é correcta. Os artefactos mais antigos encontrados nas grutas de Cascais (ou do Poço Velho), situadas actualmente em plena área urbana da povoação, e exploradas sob a égide de Carlos Ribeiro, são do Paleolítico Superior e, deste modo, muito mais modernos que os artefactos acheulenses do vale do Manzanares, mencionados pelo Autor como coevos daqueles.

18 – Trata-se da célebre fraga designada por Cachão da Rapa (Carrazeda de Anciães), sobre o rio Douro, com pinturas esquemáticas, sobretudo a negro e a vermelho, atribuíveis ao Calcolítico, primeiramente reproduzidas em bela gravura sobre cobre inserta no volume 2 (1734) da obra de Gerónimo Contador d' Argote, *Memorias para a historia ecclesiastica do arcebispado de Braga*. Lisboa: Régia Officina Silviana, 4 volumes, 1732-1747. Já no século XX, este importante monumento arqueológico foi realocado, e depois explorado e publicado adequadamente por J. R. dos Santos Júnior (Santos Júnior, 1934).

19 – Refere-se à gruta artificial da Folha das Barradas (Sintra), explorada por Carlos Ribeiro e por este publicada (Ribeiro, 1880). Deste monumento funerário provém um belo ídolo de calcário, fusiforme, de carácter antropomórfico, possuindo a personagem figurada, na parte média do corpo, uma lúnula esculpida em baixo-relevo. Esta representação ocorre também isoladamente, em placas de contorno recortado, também de calcário, em outros contextos funerários calcolíticos da região. Tratar-se-ia, portanto de um culto de cunho regional à Lua, símbolo de morte, mas também de regeneração; refira-se que na serra de Sintra, ou serra da Lua, na verdade toda ela uma montanha mágica, tais cultos teriam provavelmente lugar deste tempos pré-históricos, com prolongamento até à época romana, como se deduz da existência de um templo dedicado ao Sol e à Lua, assinalado no século XVI por Francisco d'Ollanda na foz da ribeira de Colares, a norte da referida serra (Cardoso, 2004).

20 – Hoje é bem sabida a ausência do uso do ferro, e muito menos do aço, na construção das grandes pirâmides egípcias; este e outros considerandos desenvolvidos pelo Autor só têm actualmente interesse histórico, que é grande, até por denunciarem o estado dos conhecimentos na época.

21 – Refere-se sobretudo às pinturas esquemáticas da região de Albuñol, primeiramente publicadas por Manuel de Góngora (Góngora y Martínez, 1868). Naturalmente é insustentável a ideia de comparar tais pinturas à escrita hieroglífica; mas tudo tem de ser entendido e interpretado no quadro de cada época.

22 – A “questão lígure” mereceu na época intensa investigação e acesa polémica acerca das origens e natureza deste grupo étnico, que se repercutiu em Portugal, especialmente através dos trabalhos de Francisco Martins Sarmento (Sarmiento, 1890, 1891, 1893, 1894).

23 – Apoiava-se o Autor nos resultados dos estudos antropológicos de Francisco de Paula e Oliveira (Oliveira, 1884).

24 – Trata-se de um emotivo desabafo, sobre uma das questões científicas em que Estácio da Veiga mais se distinguiu, do ponto de vista científico, a demonstração da existência, na Península Ibérica, de uma Idade do Cobre anterior e independente da Idade do Bronze. Já então, a opinião expressa por d’Arbois de Joubaville, da qual Estácio da Veiga muito justamente discorda, não possuía qualquer fundamento; pelo contrário: eram já conhecidas numerosas e inofismáveis provas da metalurgia pré-histórica no território peninsular!

25 – Denotando evidente coragem – que não se deve confundir com inconsciência, ou pedante superioridade – para afrontar as ideias estabelecidas, o Autor esforça-se por demonstrar a legitimidade dos fundamentos da doutrina ocidentalista, por oposição à doutrina orientalista, muito mais em voga e conhecida. Esta última fazia corresponder as principais inovações e progressos técnicos, sociais e culturais verificados na Europa, a influxos, senão mesmo à presença directa de povos orientais (caso dos Fenícios). Se, no tocante a estes últimos, a realidade arqueológica viria a demonstrar a sua efectiva presença em solo peninsular, já no que respeita às influências orientais em geral, das quais se fazia depender o progresso das comunidades humanas europeias, os estudos depois produzidos objectivaram e balizaram os moldes em que tais influências efectivamente se processaram. Os argumentos aduzidos por Estácio da Veiga em abono da sua doutrina ocidentalista

apoiam-se, em alguns casos, em sólidas observações arqueológicas: é o caso da existência de uma Idade do Cobre muito anterior à presença fenícia, à qual é também anterior, como hoje se sabe, a presença de artefactos de ferro, tanto no estuário do Tejo, como nas Beiras (Cardoso, 2004); note-se, a propósito, que não era a primeira vez que o Autor pugnava por esta ideia: já no volume III das "Antiguidades" o mesmo argumento foi valorizado com tal propósito, e aduzidas provas consideradas actualmente insofismáveis. Noutros casos, a argumentação de Estácio detém actualmente apenas interesse histórico, o que não é de somenos. Em todo o caso, evidencia-se claramente a sólida cultura humanista e científica do Autor, a que se soma um conhecimento da realidade arqueológica obtido directamente no terreno, através de inúmeras intervenções que dirigiu. Nestes termos, foi o primeiro arqueólogo a enunciar, de forma inequívoca, que os conhecimentos sobre os povos antigos só poderiam advir da valorização dos dados obtidos através da Arqueologia, frequentemente ignorados, como não deixa de sublinhar, pelos linguistas e historiadores da sua época.

26 – Parte do Capítulo III encontra-se transcrito em *O Arqueólogo Português* (Veiga, 1905, p. 8 e seg.).

27 – Estas duas cartas foram publicadas em épocas diferentes e resultam de um aturado trabalho de campo, até então inédito em Portugal e até hoje ainda não igualado, tanto na ambição dos objectivos, como na extensão geográfica do território investigado, o qual abarcou toda a região algarvia. Iniciado em Março de 1877, no concelho de Alcoutim, o percurso de Estácio da Veiga é conhecido: primeiro, de Norte para Sul, atravessando depois longitudinalmente o território, de Oeste para Este (Cardoso & Gradim, 2004). À localização de inúmeras estações, seguiu-se depois a escavação, total ou parcial, das consideradas mais importantes: tal facto levou aos pedidos de sucessivos adiamentos da conclusão dos respectivos, de que tinha sido incumbido pelo Governo, os quais, em Lisboa, iam sendo deferidos cada vez com maiores reservas, até por desconhecimento das dificuldades reais sentidas por Estácio da Veiga no terreno. Por outro lado, houve atrasos decorrentes da descoberta de novas estações, cuja investigação se impunha, já depois de concluída a "Carta Archeologica do Algarve", na sua primeira versão. É o

caso das Necrópoles de Aljezur e de Alcalar. Na verdade, é hoje difícil de avaliar o esforço desenvolvido pelo Autor, ainda que oficialmente apoiado pelo Governo, para levar a cabo a sua obra.

O rigor evidenciado pelos trabalhos de campo realizados, através dos desenhos e plantas por si pessoalmente executados, sem esquecer os colaboradores chamados a coadjuvá-lo nessas tarefas, a começar por sua Mulher, teve equivalente no cuidado e minúcia da cartografia publicada, bem evidenciada nas duas cartas em apreço. A simbologia adoptada resultou, aliás, de um cuidadoso estudo, que publicou, constituindo um dos trabalhos pioneiros em tal domínio, mesmo a nível europeu, quando se iniciou a discussão sobre os critérios de legenda internacionais a adoptar (Veiga, 1887). A carta relativa aos "tempos prehistoricos" foi inserta no volume I das "Antiguidades", publicado em 1886; a relativa aos "tempos históricos", englobando as épocas pré-romana, romana, visigótica e árabe só foi publicada postumamente, em 1910 (Veiga, 1910).

28 – Esta estampa reproduz materiais neolíticos da Cueva de los Murciélagos, Albuñol (Granada), explorada por Manuel de Góngora (Góngora y Martínez, 1910), a que anteriormente já se fez referência. Estácio da Veiga valoriza, especialmente, um vaso neolítico decorado o qual, segundo ele, possuía "restos de legenda em caracteres peninsulares", o que naturalmente não corresponde á realidade, mas sim a simples padrão decorativo; trata-se de um dos argumentos, erradamente invocados por Estácio, para demonstrar a existência de escrita na Península Ibérica independente da sua descoberta no Próximo Oriente, neste caso remontando absurdamente ao Neolítico. Note-se que este propósito tinha sido já enunciado no volume IV das "Antiguidades", com base em documentos epigráficos que descobriu, sendo o tema recorrentemente tratado no presente manuscrito.

29 – Compreendem-se bem as reservas de J. Leite de Vasconcellos sobre este conjunto de inexactidões, para mais apresentado de forma definitiva, o que conduziu à sua opção de não os publicar. Contudo, a sua apresentação tem evidente interesse histórico, no quadro do conhecimento do pensamento científico de Estácio da Veiga.

30 – Confrontada com o original manuscrito, verifica-se que a transcrição

apresentada por J. Leite de Vasconcellos tanto nesta como nas restantes partes do presente documento, não respeitou nem a ortografia, nem a pontuação originais, que rigorosamente seguidas no texto ora publicado.

31 – Compreende-se que J. Leite de Vasconcellos tenha preferido omitir a transcrição da obra de João Bonança, dado o seu carácter muito discutível e, em parte, fantasioso. Trata-se de autodidacta natural do Algarve que, em finais do século XIX, meteu ombros a uma empresa superior aos seus conhecimentos e capacidades, só possível pelo forte empenhamento de apoios políticos e inegável capacidade de trabalho demonstrados; dos diversos volumes projectados, apenas um veio a ser publicado, pela Imprensa Nacional (Bonança, 1891). O seu natural pendor para a polémica científica, claramente evidenciado em inúmeras passagens da obra em causa, e o seu pretenso carácter definitivo, revogando ideias e conceitos estabelecidos, terão agradado a Estácio da Veiga, que provavelmente se revia senão em muitas das afirmações produzidas, pelo menos na forma utilizada por Bonança para as impôr; tal como ele, também João Bonança teve de arrostar com putativas contrariedades, o que constituiria, além da origem algarvia de ambos, mais um elemento de união intelectual. Tais considerações podem em parte explicar a deferência com que Estácio da Veiga distinguia João Bonança, ao ter-lhe cedido todos os elementos solicitados, designadamente lápides com escrita do sudoeste, resultantes das explorações por si empreendidas.

Contudo, tal ajuda na anunciada decifração acabou por a nada conduzir, pelo facto de o anunciado volume jamais ter sido publicado. João Bonança descreve as circunstâncias em que conheceu Estácio da Veiga, em Lisboa, em Setembro de 1881 (Bonança, 1891, p. 58).

32 – Ver nota 31 (fim).

33 – Trata-se de monumentos funerários do tipo silo, escavados na rocha, cuja planta se reproduz no volume I das "Antiguidades", a par de diversos artefactos deles extraídos (Veiga, 1886). As placas de xisto recolhidas por Estácio da Veiga foram recentemente objecto de um estudo de conjunto (Gonçalves, 2004).

34 – J. Leite de Vasconcellos, em 1910, acrescenta a esta nota infra-paginal os seguintes comentários: “Esta placa de schisto não a encontro na collecção algarvia do Museu Ethnologico. Supponho que é a mesma de que se falla n - *O Arch. Port.*, VII, 157 (nota), desaparecida de Cabanas. Pena foi que d’ella não deixasse Estacio ao menos um desenho – J. L. de V.”. Encontrava-se, porém, equivocado: trata-se do exemplar publicado recentemente por V. S. Gonçalves, que interpretou a referida representação de outro modo (Gonçalves, 2004, Fig. 13-B).

35 – Trata-se, provavelmente das ruínas atribuídas a um *ribat*, situadas perto de Aljezur, actualmente em curso de escavação por M. e R. Varela Gomes, no sítio de Arrifana.

36 – J. Leite de Vasconcellos emenda para “rodeadas” (Veiga, 1910, p. 111, nota 2).

37 – J. L. de Vasconcellos, a propósito desta afirmação, apresenta o seguinte comentário esclarecedor: “Compreende-se que esta observação não tenha nenhum valor, pois que se baseia em informações dadas a Estacio por pessoas incompetentes” (Veiga, 1910, p. 113, nota 1).

38 – J. Leite de Vasconcellos acrescenta a esta nota o seguinte comentário: “Empreguei todos os esforços possíveis para evitar que esta nota se publicasse; mas nada consegui. Voltarei brevemente ao assunto, em artigo especial – J.L. de V.”.

Sobre a cunhagem de *Baesvris*, vide *O Arqueólogo Português*, 5, p. 17-24, como indica o próprio, a que se junta o estudo que no ano seguinte publicou, dedicado às cunhagens da Lusitânia (Vasconcellos, 1901).

39 – Neste ponto da transcrição, Leite de Vasconcellos apresenta, em nota, o seguinte comentário: “Claro está que por eu publicar este trabalho de Estácio da Veiga, embora, como declarei, supprimindo trechos, não tomo a responsabilidade das afirmações que elle faz – J. L. de V.”

40 – Leite de Vasconcellos escreve Sepania por Sepan (Veiga, 1910, p. 117).

41 – Refere-se à Carta Arqueológica do Algarve – Tempos Históricos, inserida nesta parte da transcrição (Veiga, 1910, entre as pp. 232 e 233).

42 – Refere-se Estácio à criação de um museu arqueológico no Algarve, para o qual vinha coligindo inúmeros materiais, projecto que não chegou a concretizar-se. O “Museu Archeologico do Algarve”, fundado por si na Academia das Belas-Artes, teve vida efémera, pois foi criado em 1 de Abril de 1880, para logo encerrar definitivamente a 28 de Junho de 1881, depois de ter estado aberto ao público desde 26 de Setembro de 1880. Este espaço museológico, precariamente organizado em instalações desprovidas das mínimas condições, cedidas pela Academia das Bellas Artes, em Lisboa, com base nos espólios obtidos no decurso do levantamento arqueológico do Algarve em Lisboa, foi desmontado por ordem da mesma Academia e as peças encaixotadas. Mais tarde, Estácio procurou reconstituir as coleções, com novas explorações por conta própria e ofertas pessoais: era justamente com este novo acervo, que lhe pertencia, que pretendia constituir o núcleo inicial do futuro Museu a ser criado no Algarve, o qual não viria sequer a abrir as portas, por jamais ter sido resolvido o local da sua instalação. É de salientar que, poucos meses antes de morrer, ainda acalentasse com tanto vigor e empenho este projecto.

43 – Estácio escreve “Murtinhal”, e não “Martinhal”, como errónea e frequentemente se verifica na literatura da especialidade. As ruínas foram atribuídas a “uma fabrica de barro cozido”, que o mesmo é dizer, a um centro oleiro. As palavras de Estácio da Veiga, a propósito da importância que conferia àquelas ruínas são elucidativas: “seria muito importante a exploração daquellas ruínas”. Com efeito, não obstante a copiosa quantidade de referências bibliográficas sobre tais construções, ou materiais delas provenientes, que bem evidenciam a justeza das palavras de Estácio, só em 1987 se efectuaram escavações, sob a direcção de C. Tavares da Silva, as quais confirmaram a existência de três fornos de produção cerâmica e puseram a descoberto um quarto. Com base nos materiais recuperados das antigas entulheiras, verificase que se trata de produções anfóricas do século IV d. C. (Gomes & Silva, 1987, p. 67). Anteriormente a esta intervenção, as ruínas foram sumariamente caracterizadas, conduzindo à conclusão, pela existência da estrutura então atribuída a forno de cozer cerâmica, abundância de

cinzas e de materiais cerâmicos fragmentados, de ter ali funcionado um importante centro oleiro (Santos, 1971, p. 71), a qual, como se disse, foi ulteriormente confirmada.

44 – As célebres ruínas romanas da Boca do Rio, na Freguesia de Budens, constituem um dos mais notáveis conjuntos romanos algarvios, tanto do ponto de vista patrimonial, como arqueológico, haja em vista a importância das estruturas e dos espólios identificados; foram classificadas em 1977 como Imóvel de Interesse Público.

As escavações de Estácio da Veiga de 1878, conduziram à identificação de diversos compartimentos de um amplo conjunto arquitectónico, pertencente a um balneário, constituído por dois corpos (ver Fig. 4). Sobre os compartimentos da parte mais oriental deste complexo conjunto arquitectónico assentaram os armazéns setecentistas da extinta Companhia de Pescarias do Algarve.

Estácio da Veiga identificou três belos mosaicos no conjunto dos edifícios do balneário, um a preto e branco, os outros policromos, desenhados e aquarelados pela Mulher do Autor, Amélie de Claranges Lucotte Estácio da Veiga, cujo originais se encontram reproduzidos nesta obra (Fig. 5, 6 e 7).

Importa referir que, destes mosaicos, só parte de um deles foi salva (o da Fig. 7), por J. Formosinho, tendo sido transportado para o Museu de Lagos (Viana, Formosinho e Ferreira, 1953).

Merecem destaque alguns materiais arqueológicos, actualmente distribuídos por diversas instituições (Museu Nacional de Arqueologia, Museu Dr. Santos Rocha, Figueira da Foz e Museu de Lagos), cujo elenco sumário foi apresentado na síntese mais completa sobre as ruínas até ao presente apresentada (Santos, 1971). É o caso de uma estatueta de Hera, de bronze, conservada no Museu Nacional de Arqueologia.

Como se verifica pela leitura do documento, estas ruínas eram já conhecidas no século XVIII. As escavações que Estácio e os seus continuadores realizaram permitiram caracterizar a presença de uma *villa* de carácter industrial, com mosaicos e frescos, e de umas termas; em local próximo, situava-se o complexo fabril de salga e transformação do pescado, no sítio designado "Areias", constituído por diversos tanques de salga (Santos, 1971, p. 80). Identificou-se ainda um cais, a que este documento também se refere. No Museu de Lagos, expõe-se parte re-

constituída de um compartimento, com chão de mosaico e paredes decoradas a fresco policromo (Viana, Formosinho & Ferreira, 1953, nº 76; Santos, 1971, Fig. 14).

Nas Figs. 3 e 4 reproduzem-se as plantas originais de Estácio da Veiga, ambas já publicadas (Santos, 1971); as Figs. 5 a 7 respeitam, como se disse, aos mosaicos identificados por Estácio da Veiga, objecto de reprodução anterior: primeiro, a cores, por J. Leite de Vasconcellos (Veiga, 1910), embora através de cópias mais nítidas então expressamente executadas para aquela finalidade; depois, através de gravuras a preto e branco, de má qualidade, dos próprios originais (Santos, 1971).

Os trabalhos arqueológicos só foram retomados em 1982, sob a direcção de Francisco Alves. Este autor notou a severa degradação das estruturas arqueológicas, por efeito da erosão litoral, comparando a actual situação com a registada por Estácio da Veiga. Os principais resultados destes trabalhos, do ponto de vista estritamente arqueológico, foram a identificação, em dois locais distintos e periféricos do núcleo arqueológico já conhecido, de dois núcleos de cetárias, algumas de grandes dimensões, as quais eram completamente desconhecidas, situados a Norte e a Noroeste daquele (Alves, 1997, Fig. 5 a 8). Foram ainda reescavados alguns sectores do balneário identificado e cartografado por Estácio da Veiga (op. cit. Fig. 9 e 10). Estas acções, que se articularam com a investigação do navio-almirante da esquadra francesa *Océan*, afundado em zona adjacente em 1759, apesar do evidente potencial que detinham do ponto de vista cultural, não conduziram à desejada animação e recuperação do sítio arqueológico, votado presentemente ao mais completo e constrangedor abandono.

45 – J. Leite de Vasconcellos leu, em vez de "pannos", a palavra "famosos".

46 – J. Leite de Vasconcellos leu "hemicyclar". Trata-se de um dos diversos exemplos de divergências de transcrição que se poderiam apresentar.

47 – A menção à existência de edificios submersos, cuja veracidade é inquestionável, não se encontra reafirmada nos trabalhos de arqueologia subaquática realizados na década de 1980, sob a direcção de Francisco Alves.

48 – Esta notável escultura a que já anteriormente se fez referência (ver nota 44) não se encontra reproduzida na planta original de Estácio da Veiga (Fig. 4 deste trabalho). Contudo, é a desenhada do lado direito da planta publicada por J. Leite de Vasconcellos, correspondente a uma passagem a limpo do original (Veiga, 1910, Planta n.º. 3). Trata-se de uma pequena escultura de bronze, representando Hera (*signum pantheum*) a qual, como Estácio da Veiga declara, foi-lhe oferecida pelo então redactor da Gazeta do Algarve, Dr. Augusto Feio Soares de Azevedo e não achada por ele próprio, como é referido ulteriormente (Santos, 1971, p. 92).

49 – Trata-se das Figs. 5, 6 e 7 deste trabalho. Também a Fig. 10, respeitante a desenho de mosaico das ruínas romanas da Senhora da Luz está assinada pela Esposa do Autor. Conservam-se, a par das plantas ora publicadas, no Museu Nacional de Arqueologia.

50 – Trata-se de planta já publicada (Veiga, 1910), correspondente à passagem a limpo do original de Estácio, providenciada por J. Leite de Vasconcellos (planta n.º. 5). Mais tarde, voltou a publicar-se (Santos, 1971, entre p.112 e 113).

51 – Este mosaico, tal como os da Boca do Rio acima reproduzidos, foi desenhado pela Esposa do Autor, Amélia de Claranges Lucotte Estacio da Veiga e encontra-se por ela assinado (ver nota 49). Corresponde à Fig. 9 deste trabalho. Foi redesenhado, por iniciativa de J. Leite de Vasconcellos e publicado em 1910, mantendo-se a numeração do original (Veiga, 1910, n.º. 5 – A).

As notáveis ruínas romanas da praia da Luz, ou da Senhora da Luz (povoação do concelho de Lagos) foram escavadas por Estácio da Veiga em 1878. Foram aterradas, no início do século XX, com o objectivo de criação de um fértil terreno agrícola. Com o seu abandono, o terreno, de grande valor imobiliário, foi objecto de loteamento para urbanização turística. No decurso das obras, a destruição de diversas estruturas romanas e a intenção de urbanizar a área onde Estácio tinha identificado e escavado o balneário cuja planta original se reproduz na Fig. 8 deste trabalho, justificaram intervenção arqueológica de emergência, em Agosto de 1985 (sob a direcção de A. M. Arruda e de H. Catarino), com o objectivo de realocar as ruínas e acautelar a sua preservação.

Procedem-se então à identificação de alguns muros e parte do hipocausto já conhecido desde o tempo de Estácio da Veiga.

Por acordo então firmado, a concretização do referido projecto urbanístico previsto para a zona respeitaria a zona onde se encontravam as ruínas do balneário (classificadas como Imóvel de Interesse Público em 1992), através da sua cedência à Câmara Municipal de Lagos, bem como a realização de escavações de emergência na área que viria a ser efectivamente ocupada pela construção, as quais, sob a direcção de Rui Parreira, se efectuaram em 1987 e 1988. Tais escavações evidenciaram a presença de uma área industrial de época romana, ainda desconhecida, constituída por um complexo de tanques de salga, situada a oriente do balneário. Actualmente, as ruínas da área que foi preservada, circunscrita apenas ao balneário, encontram-se, por iniciativa da Câmara Municipal de Lagos, recuperadas e visitáveis, constituindo um conjunto arqueológico atraente e de evidente interesse cultural no quadro do património arqueológico algarvio já objecto de valorização (Reis, 2005).

52 – A discussão da actual localização da *Lacobriga*, mencionada por *Mela* é assunto em discussão. Jorge de Alarcão considera a correspondência desta povoação romana à actual cidade de Lagos ou, mais provavelmente, à importante estação arqueológica de Monte Molião, situada próximo (Alarcão, 1988, p. 171, 183). Com efeito, como sublinha este autor, o sufixo “-briga” é mais consentâneo com a sua posição num alto, e a importância dos achados ali efectuados por Estácio e ulteriormente, por diversos investigadores, conferem maior credibilidade a essa hipótese.

53 – A barragem de Fonte Coberta é uma importante obra hidráulica romana, objecto de caracterização minuciosa (Quintela, Cardoso & Mascarenhas, 1986) nas imediações da qual foram encontrados materiais de construção da mesma época. Poderia ter diversas finalidades, entre as quais a do abastecimento público. Foi classificada como Imóvel de Interesse Público em 1992.

54 – O Monte Molião, que reúne condições para ser conotado com a antiga *Lacobriga* (ver nota 52), possui testemunhos de ocupação romana, desde a Época Republicana até ao Baixo Império. É copiosa a bibliografia disponível sobre esta estação, mas muito pouco o que dela concreta-

mente se conhece. Atendendo ao seu grande potencial arqueológico, foi classificado como Imóvel de Interesse Público em 1992. Escavações em curso, sob a direcção de A.M. Arruda virão certamente produzir novos elementos sobre a ocupação deste sítio arqueológico.

55 – Deve corresponder, pela descrição, a fragmento campaniense, atribuível aos séculos II/I a.C., o que confirma a presença proto-romana no local.

56 – Estácio da Veiga tinha a noção clara de que, com a sua morte, já próxima do momento em que escrevia estas linhas, o seu esforçado labor, a par das valiosas colecções arqueológicas que reunira, iria ser aproveitado por terceiros, com prejuízo da sua ideia de constituírem um museu arqueológico algarvio, a criar na própria região.

57 – Apesar de se encontrar bem documentada a importância da captura do atum na economia púnica gaditana, a partir do século V a.C., não se encontram referenciados até ao presente testemunhos inquestionáveis da existência de fábricas de salga pré-romanas no actual território português. De referir que alguns autores, a começar por Estácio, observaram, em alguns casos, uma composição da argamassa dos tanques algo diferente da usual da época romana; tais diferenças não são, contudo, de molde a sustentarem a referida hipótese. As interrogações do Autor mantêm-se.

58 – Os números mencionados pelo autor não se observam no exemplar original da planta relativa a estas estruturas, reproduzida na Fig. 11 desta obra. Como o Autor declara, “A determinação do Porto de Annibal fica dependendo de provas locais irrecusáveis. O que não se sabe não se afirma”, numa alusão à hipótese de o local de Portimões, onde se identificaram estas estruturas poder corresponder ao *Portus Hannibalis*, de fundação púnica. Ver, a propósito da discussão desta hipótese, que tem credibilidade, o estudo de Amílcar Guerra (Guerra, 2001).

59 – Os decalques a carvão dos diversos exemplares dos numismas de Silves mencionados pelo Autor encontram-se em finas folhas de papel vegetal coladas a uma folha inserta entre as p. 30 e 31 do manuscrito, a qual corresponde à Fig. 12 desta obra.

60 – Trata-se, provavelmente, do Cerro da Rocha Branca, situado à saída de Silves, em pequena elevação sobre o rio Arade, entretanto arrasada pelo seu proprietário, a qual foi objecto de escavações na década de 1980 (Gomes, 1993). As escavações conduziram à identificação de diversas épocas de ocupação no decurso da Idade do Ferro, a mais antiga das quais, para A. M. Arruda, não seria anterior ao segundo quartel do século IV a.C. (Arruda, 2005, p. 67). O assentamento encontrava-se protegido por muralha, reunindo as condições para de facto ser conotado com a antiga *Cilpes*, até por ser provavelmente daquela área que provêm os numismas com a legenda *Cilpes* referidos por Estácio, cuja origem se conhece.

Jorge de Alarcão refere que, entre as *civitates* da Lusitânia, Plínio menciona a dos *Cibilitani*, até agora não identificados (IV, 118), admitindo a hipótese de estes poderem corresponderem aos habitantes de *Cilpes*, *civitas* "possivelmente constituída no tempo de Augusto, visto que o Naturalista parece ter utilizado, na sua descrição da província lusitana, uma fonte coeva do primeiro imperador" (Alarcão, 1990, p. 361).

61 – A designação de Comoros da Portela (freguesia de S. Bartolomeu de Messines, concelho de Silves) reporta-se a uma necrópole da Idade do Ferro explorada por Estácio da Veiga, de onde provêm dois fragmentos de, provavelmente, uma única lápide (segundo C. Beirão) com inscrição em escrita do sudoeste (Veiga, 1891, Est. XXXVII; Beirão, 1986, Estela 14), os quais se encontram actualmente expostas no Museu Municipal de Arqueologia de Silves.

62 – Na transcrição do manuscrito, J. Leite de Vasconcellos omitiu a palavra "conquistadores" e leu "chamavam-lhe" por "chamam-lhe".

63 – Pode concluir-se que Estácio da Veiga considerava Augusto Soromenho seu amigo, depois de ter tido com ele assumidas contrariedades decorrentes do estudo e publicação da célebre tábula de bronze com legislação mineira, encontrada em Maio de 1876 nos escoriais da mina dos Algarés, em Aljustrel e actualmente conservada no Museu Geológico, em Lisboa. Na sua publicação de 1880, ao explicar detalhadamente os pormenores da usurpação do seu trabalho sobre o estudo daquele notável monumento por Augusto Soromenho, que o divulgou em primeira

mão (Soromenho, 1877), Estácio da Veiga declarava: "Sinto sinceramente ter de recorrer a uma exposição de factos, que todavia muita gente conhece, os quaes de algum modo possam deixar malcabidos conceitos em desfavor de um homem de grandes talentos, e porventura n'este paiz o mais prendado de conhecimentos epigraphicos (...)" (Veiga, 1880, p. 6).

É provável que este incidente, que, como declara Estácio, era do conhecimento de muitos, tenha precipitado a demissão de Augusto Soromenho de sócio da "Academia Real das Ciências de Lisboa", conforme o próprio declara no elenco dos títulos com que subscreve o referido trabalho, concluído a 16 de Novembro de 1876 e publicado logo no ano seguinte. Com efeito, Estácio tinha sido eleito, como Sócio correspondente da mesma Academia em 8 de Junho de 1876, tornando-se naturalmente incómoda a presença de ambos na instituição; com a demissão de Augusto Soromenho, reuniram-se as condições para Estácio concluir a sua publicação, impressa pela mesma Academia, mas apenas em 1880: "Não pude restabelecer logo a verdade dos factos, porque esperava uns apontamentos que tinha pedido á direcção da companhia de mineração transtagana, para com elles anotar alguns periodos da minha já escripta memoria, e porque depois fui nomeado pelo governo para ir examinar as antiguidades de Mértola e proceder á revisão da minha *Carta Archeologica do Algarve*; mas muitos dos meus amigos, a quem durante a ausência de Soromenho mostrei já concluídas as minhas leituras e deducções da tabula de Aljustrel, sabem que n'esta narrativa há inteira verdade." (Veiga, 1880, p. 6).

64 – Mesmo E. Hübner, ilustre epigrafista alemão, não estava isento de errar, com base em falsos pressupostos, como são os invocados para a negação da existência de uma Silves pré-romana, os quais, e bem, são claramente rejeitados por Estácio da Veiga, através de argumentação objectiva. É de sublinhar esta realidade, tanto mais que a época ainda não era conhecida a estação do Cerro da Rocha Branca, só identificada em 1979 (Gomes, 1993).

65 – Ver nota 61.

AGRADECIMENTOS

Apresentam-se (J. L. C.) os agradecimentos às seguintes individualidades e Instituições: ao Dr. Luís Raposo, Director do Museu Nacional de Arqueologia pela pronta autorização concedida em Março de 2005 para o acesso, estudo e publicação do Arquivo de Estácio da Veiga, ali conservado, incluindo a reprodução dos documentos que o integram; à Dr.^a Lúvia Cristina Coito, responsável pelo Arquivo e Biblioteca do referido Museu, pelo apoio concedido à realização do trabalho e o interesse com que o acompanhou; ao Prof. Doutor M. Telles Antunes e à Academia das Ciências de Lisboa, pela cedência de cópias da documentação conservada no Processo Académico de Estácio da Veiga, na referida Instituição, agora publicada; à Dr.^a Maria José Gonçalves, arqueóloga da Câmara Municipal de Silves pelo empenho e cuidado dispensados à preparação da presente edição; e a José Carlos Henrique de Jesus António que, com o cuidado que lhe é peculiar, procedeu à transcrição preliminar do original manuscrito.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, J. de (1988) – *Roman Portugal. Vol. II, Fasc. 3 Évora, Faro & Lagos*. Warminster: Aris & Phillips Ltd.

ALARCÃO, J. de (1990) – *O Reordenamento territorial*. ALARCÃO, J. de (coord.): *Nova História de Portugal. 1, Portugal das origens à romanização*. Lisboa: Editorial Presença, p. 352-382.

ALMEIDA, J. Mendes de (1994) – *Páginas de Cultura Portuguesa*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.

ALVES, F. (1997) – Em torno dos projectos da Boca do Rio e do Océan. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 11/12, p. 225-239.

ARRUDA, A. M. (2005) – O 1.^o Milénio a.n.e. no centro e no sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 23, p. 9-156.

BEIRÃO, C. de M. (1986) – *Une civilisation protohistorique du sud de Portugal (l'Age du Fer)*. Paris: Diffusion De Boccard.

BONANÇA, J. (1891) – *História da Lusitania e da Ibéria*. 1. Lisboa: Imprensa Nacional.

CARDOSO, J. L. & GRADIM, A. (2004) – Estácio da Veiga e o reconhecimento arqueológico do Algarve: o concelho de Alcoutim. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 22, p. 67-112.

GOMES, M. V. (1993) – O estabelecimento fenício-púnico do Cerro da Rocha Branca (Silves). *Estudos Orientais*. Lisboa. 4, p. 73-107.

GOMES, M. V. & SILVA, C. Tavares da (1987) – *Levantamento arqueológico do Algarve*. Concelho de Vila do Bispo. Lisboa: Delegação Regional do Sul/Secretaria de Estado da Cultura.

GONÇALVES, V. S. (2004) – As placas de xisto gravadas dos sepulcros colectivos de Aljezur (3^o. milénio a.n.e.). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 22, p. 163-318.

GÓNGORA Y MARTÍNEZ, M. de (1868) – *Antigüedades prehistóricas de Andalucía*. Madrid: C. Moro.

GUERRA, A. (2001) – Para uma reanálise das fontes escritas relativas à presença púnica no Ocidente peninsular. TAVARES, A. A. (ed.): *Os Púnicos no Extremo Ocidente*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 25-38.

L. C. C. (Lívia Cristina Coito) (2004) – Documentos para a história do MNA. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 22, p. 491-513.

MACHADO, J. L. Saavedra (1970) – Documentos de Estácio da Veiga para o estudo da arqueologia do Algarve. I – Catálogo de plantas, desenhos e mosaicos. *I Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1969). Lisboa. 1, p. 335-385.

OLIVEIRA, F. de Paula e (1884) – Notes sur les ossements humains qui se trouvent dans le musée de la section géologique de Lisbonne. *Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas. IX Sessão (Lisboa, 1880)*. Lisboa. Actas: Tipografia da Academia Real das Ciências, p. 291-305.

PARREIRA, R. (1997) – O salvamento das ruínas romanas da praia da Luz (Lagos): as oficinas de salga a oriente do balneário (escavações de 1987-1988). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 11/12, p. 241-248.

PEREIRA, M. L. E. V. A. dos S. S. (1981) – O Museu Archeologico do Algarve (1880-1881). Subsídios para o estudo da Museologia em Portugal no Séc. XIX. Faro: *Anais do Município de Faro*, 219 p. (separata).

QUINTELA, A. C.; CARDOSO, J. L. & MASCARENHAS, J. M. (1986) – *Aproveitamentos hidráulicos romanos a sul do Tejo*. Lisboa: Ministério do Plano e da Administração do Território/Direcção-Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos.

REIS, M. P. Miguel dos (2005) – *Estação arqueológica romana da Praia da Luz*. Lagos.

RIBEIRO, C. (1871) – *Descrição de alguns sílex e quartzites lascados encontrados nas camadas dos terrenos terciário e quaternário das bacias do Tejo e Sado*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa.

SANTOS JÚNIOR, J. R. dos (1934) – As pinturas pré-históricas do Cachão da Rapa. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto. 6 (3), p. 185-222.

SANTOS, M. L. E. V. A. dos (1971) – *Arqueologia Romana do Algarve [subsídios]*. 1. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

SARMENTO, F. Martins (1890/1894) – Lusitanos, lígures e celtas. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 7 (3), 1890, p. 101-119; p. 161-192; 8 (1), 1891, p. 5-28; 10 (2), 1893, p. 73-88; 10 (3), 1893, p. 141-160; 11 (4), 1894, p. 187-199.

SOROMENHO, A. (1977) – *La table de bronze d'Aljustrel. Rapport adressé a Monsieur le Ministre de l'Intérieur*. Lisbonne: Imprimerie Nationale.

VASCONCELLOS, J. Leite de (1901) – *Les monnaies de la Lusitanie portugaise*. O Arqueólogo Português. Lisboa. 6, p. 81-89.

VASCONCELLOS, J. Leite de (1914) – *História do Museu Etnológico Português (1893-1914)*. Lisboa: Imprensa Nacional.

VEIGA, S. P. M. Estácio da (1879) – *Antiguidades de Mafra*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa.

VEIGA, S. P. M. Estácio da (1880) – *A tabula de bronze de Aljustrel lida, deduzida e commentada em 1876*. Memórias da 2ª. Classe da Academia Real das Ciências de Lisboa. Lisboa. 5 (2), 61 p. (separata).

VEIGA, S. P. M. Estacio da (1886) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. Tempos prehistoricos. 1. Lisboa: Imprensa Nacional.

VEIGA, S. P. M. Estacio da (1887) – Projecto de legenda symbolica para a elaboração e interpretação da Carta de Archeologia Historica do Algarve. *Jornal de Sciencias Mathematicas Physicas e Naturaes*. Lisboa. 11, p. 3-7.

VEIGA, S. P. M. Estacio da (1891) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. Tempos prehistoricos. 4. Lisboa: Imprensa Nacional.

VEIGA, S. P. M. Estácio da (1904, 1905, 1910) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve* (elementos para o volume V da obra que com este título começou a ser publicada por Estacio da Veiga, - por elle deixados em manuscrito). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 9, 1904 p. 200-210; 10, 1905, p. 6-14; 107-118; 15, 1910, p. 209-233 (notas de J. Leite de Vasconcellos).

VEIGA, S. P. M. Estácio da (2005) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. 4 vols. Prefácio de Teresa Júdice Gamito. Coimbra: Universidade do Algarve/Faro Capital Nacional da Cultura.

VIANA, A.; FORMOSINHO, J. & FERREIRA, O. da Veiga (1953) – De lo prerromano a lo árabe en el Museo Regional de Lagos. *Archivo Español de Arqueologia*. Madrid. 26 (1), p. 113-138.